



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

Gabinete do Des. Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly

Inquérito Policial nº 9000134-37.2023.8.02.0000

Tribunal Pleno

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly

Requerente : M. P. do E. de A..

Requerido : J. H. H. C..

MANDADO/CARTA/OFÍCIO N.º _____/2023

Segredo de Justiça

1. Trata-se de pedido encaminhado pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça para autorização de instauração de Procedimento de Investigação Criminal em razão de fatos atribuídos a agente público com foro privilegiado por prerrogativa de função, referindo-se ao Sr. João Henrique Holanda Caldas (JHC), Chefe do Poder Executivo do Município de Maceió, com o objetivo de apurar “*possíveis irregularidades no processo de desapropriação de imóvel com vistas à instalação de hospital municipal*”.

2. A origem de tal solicitação remete ao ofício sem número, datado de 03/10/2023 (fl. 08/13), subscrito pelo Excelentíssimo Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros, Senador da República e Presidente do Diretório Estadual de Alagoas do MDB, que foi encaminhado ao ora requerente com o objetivo de ser promovida a instauração do procedimento investigatório e, em caráter liminar, de ser expedida recomendação pelo Ministério Público à Prefeitura de Maceió com o escopo de que sejam suspensos imediatamente os efeitos do ato administrativo impugnado.

3. Fundamenta que o pedido se mostra necessário em razão do entendimento jurisprudencial atualmente vigente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, bem como, devido à demonstração de justa causa para tanto, tendo em vista o possível enquadramento das condutas relatadas no tipo previsto pelo art. 1º, III, do Decreto-Lei n.º 201/1967.

4. Às fls. 14/22, documentos que acompanharam o presente pedido.

5. **É, em síntese, o relatório.**

6. **Passo a decidir.**

7. Conforme relatado, cuida-se da solicitação de autorização para a deflagração de procedimento investigatório formulado pelo Procurador-Geral de Justiça em razão de possíveis irregularidades em processo de desapropriação de imóvel para a



instalação de hospital municipal, eventualmente capazes de materializar o delito insculpido no art. 1º, III, do Decreto-Lei n.º 201/1967, apontando como autoridade pública com foro privilegiado por prerrogativa de função o Sr. Prefeito do Município de Maceió, João Henrique Holanda Caldas, além de outros envolvidos, como Secretários Municipais de Saúde e da Fazenda.

8. Em razão da natureza do pedido formulado, convém ressaltar que a jurisprudência nacional vem apresentando oscilação ao longo dos anos no tocante à necessidade de autorização judicial prévia para a instauração de procedimentos investigativos destinados à apuração de crimes supostamente praticados por detentores de cargos com foro por prerrogativa de função por força da Constituição Federal.

9. Prova disso é que a jurisprudência da Suprema Corte possui julgados no sentido da necessidade de autorização para a deflagração de investigação contra detentor de cargo com foro por prerrogativa de função, ao passo que se denota a existência de outros precedentes, como, por exemplo, o julgamento do Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n.º 184.648/SC, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, cuja ementa transcrevo abaixo:

Agravo regimental em habeas corpus. 2. Direito Penal e Processual Penal. 3. Investigação contra Prefeito. Corrupção passiva. 4. **Foro por prerrogativa não exige autorização do Tribunal de origem para abertura do inquérito policial. Entretanto, a ciência e a supervisão do Tribunal são imprescindíveis para que a investigação não seja contaminada por vício de nulidade absoluta.** 5. Violação, no caso concreto, do foro por prerrogativa de função. Violação do princípio do juiz natural. 6. Precedentes. 7. Trancamento da ação penal. 8. Inexistência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 9. Agravo regimental desprovido. (HC 184648 AgR, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 15/09/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-187 DIVULG 17-09-2021 PUBLIC 20-09-2021)

10. Da leitura do julgado supracitado, colhe-se que os prefeitos municipais se sujeitam, quanto à instauração de procedimento investigativo de natureza criminal, às normas comuns do Código de Processo Penal (art. 5º, inciso I), razão pela qual não se mostraria necessária a eventual autorização para a instauração do procedimento por parte do Tribunal de Justiça para o início das investigações, mas, sim, apenas a supervisão e o controle dos atos praticados na fase inquisitiva, porquanto a norma do art. 29, X, da Constituição Federal de 1988, tão somente garante que o julgamento ocorra perante o Tribunal de Justiça, desde que mediante o exercício de sua supervisão na fase precedente.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

11. Esse entendimento é também endossado pelo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos recentes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "BENEDETTA". ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SONEGAÇÃO DE DOCUMENTOS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DESVIOS DE VERBA PÚBLICA FEDERAL. CONCURSO MATERIAL. CRIME CONTINUADO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA POR SUPOSTA INÉPCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. **PRERROGATIVA DE FORO. NULIDADE. INVESTIGAÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. SUPERVISÃO. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.** ADITAMENTO DA DENÚNCIA FEITO DE MODO IRREGULAR. NÃO OCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência atual deste Tribunal Superior fixou-se no sentido de que, "no que concerne às investigações relativas a pessoas com foro por prerrogativa de função, tem-se que, embora possuam a prerrogativa de serem processados perante o tribunal, a lei não excepciona a forma como se procederá à investigação, devendo ser aplicada, assim, a regra geral trazida no art. 5º, inciso II, do Código de Processo Penal, a qual não requer prévia autorização do Judiciário. 'A prerrogativa de foro do autor do fato delituoso é critério atinente, de modo exclusivo, à determinação da competência jurisdicional originária do tribunal respectivo, quando do oferecimento da denúncia ou, eventualmente, antes dela, se se fizer necessária diligência sujeita à prévia autorização judicial' (Pet 3825 QO, Relator p/ acórdão: Min. Gilmar Mendes, Pleno, julgado em 10/10/2007). Precedentes do STF e do STJ. (RHC n. 79.910/MA, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/3/2019, DJe 22/4/2019).

[...]

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 764.270/SC, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF), Sexta Turma, julgado em 14/8/2023, DJe de 17/8/2023.)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. **PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO CRIMINAL. PREFEITO MUNICIPAL. AGENTE COM PRERROGATIVA DE FORO. AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. DENÚNCIA RECEBIDA.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

1. In casu, as investigações preambulares, propostas pelo MP-RN, davam conta de suspeitas de irregularidades em licitações na gestão municipal e, não obstante os despachos iniciais tenham feito menção ao nome no então Prefeito, isso de deu em razão de denúncias anônimas, não havendo, naquele momento, parâmetro investigativo suficiente que sugerisse a necessidade de autorização do Tribunal de Justiça para a investigação. Posteriormente, quando aportaram aos autos o suposto envolvimento do Prefeito nas práticas criminosas, foram adotadas todas as precauções necessárias para a continuidade das investigações, com a remessa do Procedimento Investigatório Criminal ao TJ-RN, com pedido de autorização, considerando também as reviravoltas reveladas pela jurisprudência acerca do tema.

2. **A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assentada no sentido de que da prerrogativa de função não decorre nenhuma condicionante à atuação do Ministério Público, ou da autoridade policial, no exercício do mister investigatório, sendo, em regra, despicienda a autorização da investigação pelo Tribunal competente.**

3. "Eventual vício no inquérito policial não tem o liame de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa das peças processuais e sua dispensabilidade na formação da opinião delicti" (AgRg no AREsp n. 1374735/DF, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 4/2/2019). "Eventual vício no inquérito não repercute de forma a invalidar, tout court, a atividade persecutória." (STF, AgRg no HC 173.814 AgR, Rel. Ministro Nunes Marques, Segunda Turma, julgado em 17/8/2021, DJe 22/9/2021).

4. Tal entendimento prevalece ainda que a nulidade venha a ser comprovada, sobretudo se não há demonstração de prejuízo à defesa, como ocorre nos autos, tudo em conformidade com o princípio do pas de nullité sans grief (informações complementares à ementa (voto vista do Ministro Luis Felipe Salomão) na APn 741-DF, relator Ministro Og Fernandes, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe de 23/10/2018).

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no RHC n. 173.319/RN, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 24/4/2023, DJe de 27/4/2023.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. SÚMULA N. 691/STF. CRIMES DE CALÚNIA E INJÚRIA MAJORADOS. DEPUTADO ESTADUAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR E **FORO DE PRERROGATIVA DE FUNÇÃO**. APLICAÇÃO APENAS AOS CRIMES COMETIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DO CARGO OU RELACIONADOS ÀS SUAS FUNÇÕES. **INVESTIGAÇÃO**. HIPÓTESES NÃO RECONHECIDAS NO CASO. **PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL.**



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE.

1. Nos termos da Súmula n. 691 do STF, em regra, não se admite a impetração de habeas corpus contra decisão que indefere a liminar na origem, sob pena de indevida supressão de instância, ressalvadas as hipóteses em que evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, o que não ocorreu na espécie.

2. Tendo o pedido liminar sido indeferido na origem com **fundamentação que não destoa da jurisprudência do STF e do STJ, no sentido de que** a imunidade parlamentar e o foro pela prerrogativa de função são reservados aos crimes cometidos durante o exercício do cargo ou aos relacionados às suas funções, bem como que **não é necessária a autorização judicial prévia para a instauração de investigação de beneficiados com o foro privilegiado**, não há manifesta ilegalidade apta a mitigação do enunciado n. 691/STF.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 760.528/BA, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 8/11/2022, DJe de 11/11/2022.)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO INVESTIGATÓRIO CONTRA PREFEITO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ANULAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. RECURSO ESPECIAL MINISTERIAL PROVIDO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INÚMEROS PRECEDENTES.**

1. **É entendimento desta Corte Superior que, embora as autoridades com prerrogativa de foro devam ser processadas perante o Tribunal competente, a lei não excepciona a forma como devem ser investigadas, devendo ser aplicada, assim, a regra geral prevista no art. 5º do Código de Processo Penal.**

2. No caso dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu pela nulidade das provas obtidas durante a fase extrajudicial, dada a instauração de inquérito policial sem qualquer supervisão do Tribunal de Justiça, rejeitando, com isso, a denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual, o que contraria a jurisprudência desta Corte Superior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.851.378/GO, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 16/6/2020, DJe de 23/6/2020.)



12. Com efeito, os Tribunais não possuem originariamente a vocação investigatória, devendo atuar como fiscalizadores das atividades inerentes aos órgãos incumbidos de promoverem investigações, porém com competência para decidir acerca da necessidade de deferimento de diligências que envolvam a restrição de direitos fundamentais do investigado.

13. Contudo, de forma ainda mais recente e na contramão do que a Corte Cidadã decide, o Supremo Tribunal Federal, por intermédio de seu Órgão Plenário, vem se posicionando pela constitucionalidade de dispositivos legais que estabelecem a necessidade de autorização prévia do Tribunal de Justiça competente para a deflagração de procedimento de investigação criminal contra autoridade com foro por prerrogativa de função, ressaltando que a atividade de supervisão judicial, além de ser exercida durante toda a tramitação das investigações até o eventual oferecimento da denúncia pelo *dominus litis*, engloba, também, a abertura dos trabalhos investigativos.

14. Nesse sentido:

EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 1º da Emenda Constitucional nº 68 à Constituição do Estado de Goiás, de 28 de dezembro de 2020. Acréscimo do parágrafo único ao art. 46 da Constituição Estadual, **condicionando-se a instauração de investigação criminal em desfavor de autoridades com foro por prerrogativa de função à autorização judicial prévia. Aplicação do entendimento firmado na ADI nº 7.083.** Improcedência do pedido. 1. A controvérsia consiste em saber se é formal e materialmente compatível com a Constituição de 1988 a norma introduzida na Constituição do Estado de Goiás pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 68, de 2020, a qual condiciona o início ou o prosseguimento de investigação criminal em desfavor de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função à prévia autorização do respectivo Tribunal de Justiça. 2. Recentemente, a Suprema Corte se debruçou sobre a matéria ao apreciar a ADI nº 7.083, Rel. Min. Cármen Lúcia, ocasião em que **se firmou o entendimento de que “a mesma razão jurídica apontada para justificar a necessidade de supervisão judicial dos atos investigatórios de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal Federal aplica-se às autoridades com prerrogativa de foro em outros Tribunais”** (ADI nº 7.083, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 24/5/22). 3. **Na hipótese dos autos, está-se diante de dispositivo cujo teor estabelece tão somente que a instauração de investigação contra autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça Local depende, obrigatoriamente, de decisão fundamentada desse. É dizer, a norma em questão apenas**



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

explicita a necessidade de supervisão judicial exercida desde a fase investigatória, não se exigindo decisão proferida por órgão colegiado do Tribunal de Justiça, o que não destoa do arquétipo federal nem padece de qualquer inconstitucionalidade. 4. Pedido que se julga improcedente.

(STF - ADI: 6732 GO, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: **16/08/2022**, **Tribunal Pleno**, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-183 DIVULG 13-09-2022 PUBLIC 14-09-2022)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IXDO § 3º DO ART. 48 DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ. AUTORIZAÇÃO DO RELATOR PARA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO. COMPATIBILIDADE COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SUPERVISÃO JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO DE AUTORIDADES COM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE IMPROCEDENTE. 1. [...]. 2. A norma do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Amapá condiciona a instauração de inquérito à autorização do Desembargador Relator nos feitos de competência originária daquele órgão. Similaridade com o inc. XV do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. 3. A jurisprudência deste Supremo Tribunal consolidou-se no sentido de que, tratando-se de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal, “a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo dominus litis” (Inquérito n. 2411-QO, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, julgado em 10.10.2007, DJe 25.4.2008). Precedentes. 4. A mesma interpretação tem sido aplicada pelo Supremo Tribunal Federal aos casos de investigações envolvendo autoridades com prerrogativa de foro nos Tribunais de segundo grau, afirmando-se a necessidade de supervisão das investigações pelo órgão judicial competente. Neste sentido: AP n. 933-QO, Relator o Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJ 6.10.2015, DJe 3.2.2016; AP n. 912, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 7.3.2017; e RE n. 1.322.854, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJ 3.8.2021. 5. Em interpretação sistemática da Constituição da República, a mesma razão jurídica apontada para justificar a necessidade de supervisão judicial dos atos investigatórios de autoridades com prerrogativa de foro neste Supremo Tribunal Federal aplica-se às autoridades com prerrogativa de foro em outros



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

Tribunais. 6. Não se há cogitar de usurpação das funções institucionais conferidas constitucionalmente ao Ministério Público, pois o órgão mantém a titularidade da ação penal e as prerrogativas investigatórias, devendo apenas submeter suas atividades ao controle judicial. 7. A norma questionada não apresenta vício de iniciativa, não inovando em matéria processual penal ou procedimental, e limitando-se a regular a norma constitucional que prevê o foro por prerrogativa de função. 8. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

(STF - ADI: 7083 AP 0115324-80.2022.1.00.0000, Relator: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: **16/05/2022**, **Tribunal Pleno**, Data de Publicação: 24/05/2022)

15. Sendo assim, apesar do embasamento jurisprudencial conferido pelo STJ para a desnecessidade de autorização do Tribunal de Justiça para que seja instaurado inquérito contra detentor de foro por prerrogativa de função, assim como precedente do STF que também se orienta nesse sentido, **há julgados mais recentes que apontam a subsistência da referida necessidade de autorização prévia pelo órgão judicial.**

16. Noutros termos, não obstante a divergência jurisprudencial entre os Tribunais Superiores e a constatada infixidez jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, o entendimento mais recente do Pretório Excelso se direciona pela impossibilidade de a Polícia Judiciária ou o Ministério Público instaurar de ofício procedimentos investigatórios contra autoridades possuidoras de foro por prerrogativa de função, afigurando-se necessária, assim, a expedição de autorização do Tribunal de Justiça – por se tratar, *in casu*, de Prefeito Municipal, à luz do art. 29, X, da Constituição Federal de 1988 –, mediante prolação de decisão judicial fundamentada, sob pena de nulidade dos atos praticados sem essa chancela preliminar.

17. Por tais razões, o pedido ora formulado encontra sua razão de existir e se mostra adequado, haja vista que direcionado ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas em razão de suposta prática delitiva cometida pelo Prefeito Municipal de Maceió, ainda que em conjunto com Secretários Municipais.

18. Ademais, a delimitação da participação do Prefeito Municipal demonstra o cabimento do pedido, haja vista que a suposta aquisição irregular do imóvel possui como instrumento o Decreto Municipal n.º 9.576/2023, subscrito pela referida autoridade, razão pela qual conheço do presente requerimento.

19. No que tange ao mérito, aduz o requerente, com fundamento no parecer elaborado pela Assessoria Técnica nos autos SAJMP n.º 02.2023.00008778-5, a



existência de justa causa para a deflagração do procedimento investigatório, tendo como embasamento os argumentos constantes do ofício não numerado anteriormente citado, segundo o qual resta comprovada *“que a falta de fundamentação do decreto de utilidade pública, a ausência de transparência do processo, a falta de critérios que justifiquem tanto a escolha da desapropriação como método de aquisição quanto a escolha pelo referido imóvel em detrimento de outros disponíveis e a discrepância entre o valor anunciado e as expectativas reais de mercado apontam para um gravíssimo dano ao erário municipal”* (fl. 12).

20. A matéria gira em torno de possíveis irregularidades relacionadas ao procedimento de desapropriação do imóvel urbano pertencente ao Centro Médico HCOR Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda., localizado na Avenida Aryosvaldo Pereira Cinta, n.º 161, Bairro Gruta de Lourdes, em Maceió/AL, as quais se amoldam, em tese, à figura típica do art. 1º, III, do Decreto-Lei n.º 201/1967:

Art. 1º **São crimes de responsabilidade dos Prefeitos** Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

[...]

III - **desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;**

[...]

§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, **com a pena de detenção, de três meses a três anos.**

21. Deveras, cuida-se de crime de responsabilidade impróprio, verdadeira infração penal que é passível de repressão mediante imposição de pena restritiva de liberdade, não se tratando de infração político-administrativa sujeita à apreciação do Poder Legislativo local.

22. Contudo, **da análise do pedido formulado e da documentação acostada, não vislumbro o lastro probatório mínimo que se afigura necessário para, ao menos, incitar a abertura de procedimento investigatório contra o atual ocupante do cargo de Prefeito Municipal de Maceió.**

23. Justifico esse entendimento baseado no fato de que, apesar da rotulação de “aquisição” ou “compra” do Hospital do Coração pela Prefeitura de Maceió, observa-se, com efeito, que a sua incorporação ao patrimônio municipal é viabilizada pelo instituto da desapropriação de bem privado em razão da declaração de sua utilidade pública, tendo sido fundamentada no art. 5º, “g”, do Decreto Federal n.º 3.365/1941, segundo o qual é considerado caso de utilidade pública *“a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes*



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

medicinais”, conforme consta do Decreto Municipal n.º 9.576/2023.

24. Embora o denunciante alegue que inexistiu qualquer motivação no ato expropriatório e que “*não há qualquer referência ao motivo pelo qual o município escolheu aquele imóvel específico em detrimento de quaisquer outros, muito menos as razões pelas quais deixou de realizar licitação ou processo de compra e venda*”, o que resultaria em quebra da impessoalidade, bem como que não teriam sido observados os trâmites legais e administrativos necessários para a efetivação do ato – a exemplo da elaboração de laudo de avaliação do bem, levantamento fundiário, envio de notificação ao proprietário do imóvel e respectivo aceite, para, então ser iniciada a execução da desapropriação –, **não compreendo, neste momento, que há a alegada falta de transparência e pressa para pagamento, circunstâncias que serviriam como indícios da tentativa de fraude e corrupção, conforme sugerido no ofício não numerado enviado ao Ministério Público.**

25. É que, no meu sentir, não se mostra coerente deflagrar procedimento investigativo com fundamento tão somente nas ilações e conclusões pessoais expostas pelo denunciante às fls. 08/13, haja vista que nada de concreto foi realmente apresentado, mas, apenas, destacado aquilo que já é de público acesso, merecendo ser ressaltado, nesse ponto, que não se pode presumir pela ausência de eventuais estudos técnicos (imobiliários, contábeis, financeiros, legais, etc.) para a tomada de decisão pelo Poder Público Municipal, notadamente por existir órgãos de assessoramento e servidores públicos capacitados que integram a estrutura da Administração Pública Municipal, plenamente capazes e legalmente obrigados a fornecer pareceres, orientar e coordenar os trâmites administrativos.

26. Com efeito, não se pode negar que o vultoso valor destinado à operação expropriatória em comento chama a atenção. Contudo, está-se falando da aquisição de um imóvel que já conta com edificação estruturada e especializada para a prestação de um serviço público específico, não se podendo, meramente em razão do alto valor envolvido e da teorização subjetiva acerca do mau emprego do recurso, cogitar-se pela tendência corruptora do ato sem haver elementos, ainda que minimamente indiciários, acerca da possibilidade de atos ilícitos pelo Prefeito Municipal e/ou pelos Secretários Municipal da Saúde e da Fazenda.

27. Além disso, a mera menção de que o decreto do crédito orçamentário indica os recursos provenientes do acordo celebrado entre a empresa Braskem S/A e o Município de Maceió não desperta qualquer vestígio acerca de eventuais ilicitudes, porquanto, conforme informado pelo próprio denunciante, os referidos valores devem ser revertidos em prol da população maceioense, o que, no meu sentir, está devidamente atendido com a ampliação do serviço público municipal de saúde.



PODER JUDICIÁRIO

28. Acrescento que, conforme consta no próprio ofício, à fl. 12, “*em diversas ocasiões ex-membros do parquet e atuais informaram em veículos de comunicação e em redes sociais que estariam vigilantes ao bom uso dos recursos dando legitimidade*”, de forma que, por uma questão lógica e precedente, infere-se que o Ministério Público Estadual prossegue no seu exaustivo, porém assíduo e combativo, exercício do papel fiscalizador das verbas públicas, não se podendo olvidar dos demais órgãos de controle, inclusive externos, a exemplo da Câmara de Vereadores de Maceió e do Tribunal de Contas Estadual, este último já com feito devidamente autuado para tratar do tema ora analisado.

29. Assim, em razão das inferências fragilizadas e repousadas no campo da retórica, bem como da presença de documentos descontextualizados, além de objetivos que se relacionam intimamente com a esfera cível – como a alegação de nulidade do ato administrativo, de ilegalidade e do pedido, em caráter liminar, de imediata expedição de recomendação para a sustação dos efeitos do ato combatido –, mas não com a seara criminal, entendo, com a devida vênia e na contramão do requerimento formulado pelo eminente Procurador-Geral de Justiça, que inexistente a mencionada justa causa, ainda que estejamos diante da etapa prévia ao início da fase extrajudicial (investigatória).

30. Não se deve, assim, buscar prontamente a instauração de procedimento investigação com vistas à possível responsabilização criminal sem que haja um suporte probatório mínimo que justifique tal conduta, notadamente pelo fato de que qualquer investigação, ainda que sob sigilo, traz efeitos estigmatizantes e extraprocessuais indesejados, mesmo diante de ato praticado por agente político, o qual, por se tratar de figura pública, sempre se encontra passível das mais variadas – e, friso, legítimas – críticas e fiscalizações.

31. Por oportuno, ressalto que o possível tipo penal que se adequaria ao caso se materializa com a conduta de “*desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas*”, não havendo, contudo, elementos informativos mínimos que confirmem arrimo às suposições existentes no ofício encaminhado ao órgão ministerial, especialmente por haver indicação de objetivos fraudulentos, indícios de corrupção, irregularidades procedimentais, desobediência à transparência, dano ao erário, etc., sem, no entanto, demonstrar de forma mais específica e sólida a adequação dos fatos efetivamente ocorridos à norma legal, especialmente diante da ausência de informações que, acaso requeridas, pesquisadas e colhidas previamente, poderiam extirpar os desígnios constantes do ofício encaminhado, passíveis, conforme já dito, de serem obtidos na seara cível.

32. Desse modo, no exercício da competência atribuída a esta relatoria, não vislumbro a existência de um conjunto de elementos probatórios indispensável para um juízo positivo de admissibilidade acerca do procedimento investigatório e, por



consequente, autorizador da invasão da esfera jurídica privada dos potenciais investigados, sobretudo diante da possibilidade de eventuais pedidos e respectivos deferimentos de incursões em áreas íntimas e reservadas, relativizando as liberdades negativas dos cidadãos e fomentando uma intervenção estatal com a possibilidade de quebras de sigilos, acaso fossem demonstradas suas necessidades no curso das investigações.

33. Forte nessas razões, **INDEFIRO** o pedido formulado às fls. 01/06, deixando de autorizar a instauração de Procedimento Investigativo Criminal (PIC) para a apuração dos fatos narrados no ofício não numerado de fls. 08/13.

34. Intime-se a Procuradoria Geral de Justiça sobre o teor da presente decisão.

35. Após, **arquite-se**. Mantido o **caráter sigiloso dos presentes autos**.

36. Cumpra-se.

Maceió, 13 de novembro de 2023.

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly
Relator